



CEPAL

GUIA ANEXO



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

2ª ED. 2019

PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

GUIA ANEXO

Tópico A: Investimento e Desenvolvimento na América Latina alinhados à Agenda 2030

Tópico B: Aliança do Pacífico e Mercosul: o papel de blocos econômicos no fortalecimento regional

PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

GUIA ANEXO

DIRETORIA DO CEPAL

Amanda Vieira Barros

Eduarda Matos Paffer

Felipe Gustavo Ramos de Oliveira

Leonardo Sarmento Teixeira

REVISÃO

Gabriel Lima da Costa Câmara

Isabela Maria Pereira Paes de Barros

Luca Rodrigues de Sousa

ARTE DA CAPA

Herbertt Cabral Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Gabriel Lima da Costa Câmara

RECIFE/PE

2019



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC	Associação dos Estados do Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAFTA	Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos e a América Central
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Externo Direto
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agency
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PVDSA	Petróleos Direto de la Venezuela S.A.
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
1 AMÉRICA	5
1.1 ARGENTINA	5
1.2 BOLÍVIA	7
1.3 BRASIL	8
1.4 CHILE	10
1.5 COLÔMBIA	11
1.6 COSTA RICA	13
1.7 CUBA	14
1.8 EQUADOR	15
1.9 ESTADOS UNIDOS	17
1.10 JAMAICA	18
1.11 MÉXICO	19
1.12 NICARÁGUA	21
1.13 PANAMÁ	22
1.14 PARAGUAI	23
1.15 PERU	25
1.16 REPÚBLICA DOMINICANA	26
1.17 URUGUAI	28
1.18 VENEZUELA	29
2 ÁSIA	32
2.1 CHINA	32
2.2 JAPÃO	33
3 EUROPA	36
3.1 ALEMANHA	36
3.2 ESPANHA	37
3.3 FRANÇA	37
3.4 REINO UNIDO	39
REFERÊNCIAS	40

1 AMÉRICA

1.1 ARGENTINA

A República da Argentina enfrenta uma grave crise econômica que se estende desde o final do século XX. Por essa razão, depois da Venezuela, essa é a segunda nação que tem menos investidores estrangeiros na América Latina, além de estar entre as economias mais frágeis do mundo (BBC NEWS, 2018). O país encontra-se em recessão econômica¹, sendo registrado uma queda de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 (GLOBO, 2018). Uma das razões que justificam essa queda é a crise cambial que acomete o Estado argentino, que proporcionou a queda do peso (moeda nacional) frente ao dólar americano. Essa desvalorização é explicada pelo aumento da taxa de juros dos Estados Unidos e a disputa comercial entre este e a China.

Outro motivo que explica essa grave crise é a diminuição da produção do setor agrícola, que é o principal motor da economia argentina. Desde o final de 2017, a produção vem sofrendo bastante com a seca que acabou por acarretar na diminuição das exportações do país, levando, portanto, à diminuição de reservas em dólares e a um grande desequilíbrio na balança de pagamentos da Argentina (BBC NEWS, 2018). Nesse sentido, todos esses problemas econômicos somados acarretaram em uma alta inflação - que foi 47,6% no fim de 2018 - e no crescimento do desemprego (EL PAÍS, 2018). Segundo a CEPAL, a projeção de crescimento do PIB será de -1,8% em 2019.

Para evitar essa grande desvalorização do peso, o atual presidente, Mauricio Macri, que desde 2015 vem adotando políticas econômicas de caráter mais liberal, aumentou a taxa de juros - sendo esta, hoje, a maior do mundo, chegando a 60% - com o intuito de diminuir a fuga de investidores (GLOBO, 2018). Contudo, sua política monetária não teve o efeito esperado e, para tentar diminuir os efeitos da crise, Macri contou com dois empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). O primeiro foi correspondente a US\$ 50 bilhões, ao passo que o segundo a US\$ 7,1 bilhões (GLOBO, 2018). Naturalmente, houve o aumento da dívida argentina. Embora as ações do presidente tenham o objetivo de reconquistar a

¹ Quando um país tem uma queda consecutiva de dois trimestres do PIB.

credibilidade do país diante dos investidores, mesmo com a implementação de políticas impopulares, como a de austeridade², os investidores observam o referido Estado com desconfiança.

Nessa perspectiva, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) é imprescindível para o país e, atualmente, a Argentina está entre os cinco países da América Latina que mais receberam IED, sendo os principais investidores oriundos da Espanha, Estados Unidos e Holanda. A maior parte desses investimentos são alocados para o setor manufatureiro, para o setor de exploração de recursos minerais e para o comércio. Entretanto, a nacionalização do setor energético e a Lei Restritiva Hipotecária, aliado ao histórico do país, são algumas das razões para a desconfiança dos investidores ainda serem tão intensas. Ciente da importância do IED, as políticas econômicas de Macri, que estão diminuindo as restrições que limitavam a competitividade das empresas, levaram a um aumento considerável destes investimentos no ano de 2017 em relação a 2016 (SANTANDER TRADEPORTAL, 2019). Segundo dados da CEPAL, o número de IED no país no ano 2017 foi de US\$ 11. 517 bilhões.

Outra maneira que governo de Macri tem buscado para melhorar a economia argentina é por meio de uma maior integração do país com outros países da América Latina, além do Mercosul. Isso ocorre porque o comércio entre os países do bloco vem desacelerando e as tentativas de estabelecer acordos comerciais com a China e a União Europeia, por exemplo, não obtiveram êxito (EL PAÍS, 2016). Desse modo, a Argentina, que participou da cúpula da Aliança do Pacífico, requereu a entrada do país como membro observador do bloco.

1.2 BOLÍVIA

A Bolívia, mesmo sendo um dos países mais pobres das Américas, está há mais de uma década com seu PIB crescendo a uma média anual de 5%, patamar muito superior ao dos Estados Unidos e dos países sul-americanos. Por meio de pesquisas anuais, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) concluiu que este país está há doze anos em estabilidade econômica e que continua em expansão, crescendo 4,4% em 2018 (IELA, 2018).

² Medidas adotadas por um governo com o objetivo de diminuir os altos gastos públicos.

Apesar da crise no preço das *commodities* que ocorre desde 2014, o governo conseguiu se manter, dando destino ao dinheiro ganho após a nacionalização do gás e do petróleo em 2006, de tal maneira que conseguiu reduzir a pobreza e construir uma significativa reserva financeira. A estatização incluiu, em alguns casos, a transferência de empresas privadas para as mãos do Estado (recuperando, assim, empresas estratégicas) e, em outros, a renegociação de contratos com empresas estrangeiras que continuaram operando no país. Várias multinacionais assinaram novos contratos com a estatal YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), concordando em pagar uma taxa de entre 50% e 85% sobre o valor da produção (BARRÍA, 2017).

Assim, o país andino mostrou seu pragmatismo na economia e ideologismo na política, garantindo a melhoria da qualidade de vida de seu povo, bem como aumentando o poder de controle e gerência do Estado nas atividades econômicas nacionais. Como assevera o presidente Evo Morales:

Antes, era toda uma luta para mudar esse modelo econômico de saque permanente de nossos recursos naturais, a economia estava em mãos dos estrangeiros e temos sabido como recuperá-los. [...] Graças à luta, nacionalizamos, investimos e agora batemos recordes na economia. Eles são privatizadores e nós nacionalizadores, essa é nossa profunda diferença. [...] A Bolívia é respeitada porque deixou de mendigar. Antes, precisávamos importar tudo que consumíamos, agora trabalhamos para produzir aqui (MORALES, apud HORA DO POVO, 2018, s/n).

Nesse contexto, a Bolívia manteve-se como fonte de gás natural para vários países, diversificando sua produção e se abrindo para investimentos estrangeiros oriundos de grandes nações como Estados Unidos e China, com grande ênfase na mineração. O território boliviano abrange a maior reserva de lítio do mundo e a quarta mundial de estanho, além de um grande estoque de prata, cobre, tungstênio e zinco. O maior fator do crescimento econômico são as exportações de gás natural ao Brasil e à Argentina, principais parceiros do país nesse setor, o que põe em dúvidas até quando esse modelo econômico se sustentará. Isso se deve ao fato de os investidores se voltarem, aos poucos, para os negócios com energias renováveis, telecomunicações e automóveis, desviando dos recursos naturais os grandes fluxos de Investimento Estrangeiro Direto.

Outrossim, o país boliviano está em processo de adesão ao Mercosul, já tendo este sido firmado por grande parte dos Estados-membros em 2015, mas ainda encontra-se em vias

de incorporação pelos Congressos dos países do bloco. Cerca de 55% das exportações da Bolívia são absorvidas pelo Mercosul e, aproximadamente, 30% das importações bolivianas provém do Mercado Comum (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Para o diplomata José Botafogo Gonçalves, a entrada do país no bloco permitirá a ampliação da integração energética do bloco:

Sob os ângulos geográfico e econômico, a entrada da Bolívia faz muito sentido. O tema energético pode desempenhar um papel agregador e produção de energia é um fator ainda pouco explorado no Mercosul (BOTAFOGO GONÇALVES, apud SCHREIBER, 2015, s/n).

1.3 BRASIL

Segundo estimativas do Fundo Monetário Nacional (FMI), o Brasil é a oitava maior economia do mundo, com um produto interno bruto de R\$ 6,559 trilhões (IBGE, 2017). Apesar de o país estar com uma variação do PIB subindo timidamente, especialistas afirmam que em 2050 o Brasil poderá vir a atingir um padrão de vida vivido estatisticamente nos países da Zona Euro (BBC NEWS, 2007).

Com as reformas econômicas da década de 1990 propiciadas pelo Plano Real, o Brasil experimentou um período de estabilidade fiscal, impulsionando significativamente a questão da variabilidade dentro do setor privado. Embora esteja passando por um momento de crise provocada principalmente por problemas políticos, o Brasil ainda apresenta uma economia forte e sólida. O país é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente *commodities* minerais, agrícolas e manufaturados. As áreas de agricultura, indústria e serviços são bem desenvolvidas e encontram-se, atualmente, em bom momento de expansão.

Porém, o país ainda figura entre os piores países do mundo quando se trata de competitividade: ficou em 61º dentre as 63 economias analisadas pelo *International Institute for Management Development* (IMD) em 2017. O estudo avalia as condições oferecidas pelos países para que as empresas que neles atuam tenham sucesso nacional e internacionalmente, promovendo crescimento e melhorias nas condições de vida da sua população. Na análise, os critérios avaliados são: desempenho econômico, infraestrutura e eficiência dos seus governos e empresas. O país ainda ficou na 80ª posição entre os 137 países analisados no índice de

competitividade do Fórum Econômico Mundial de 2017.

Isso se deve, primordialmente, ao fato da economia ser concentrada no Estado. O Brasil tem participação em mais de 650 empresas, envolvidas em praticamente um terço do PIB nacional. Chamamos essa forte intervenção estatal na economia de “capitalismo de estado”, no qual este se esforça para desenvolver as forças produtivas, opondo-se, de certa forma, ao liberalismo.

Concomitante ao posicionamento supracitado, o referido país faz parte de muitos blocos econômicos a nível mundial, como o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), o G20 (este foi criado como resposta às crises financeiras da década de 1990) e a Cúpula Iberoamericana. Em relação ao Mercosul, desde o começo do bloco e durante todo o percurso dele até agora, o Brasil ocupou uma posição de liderança entre os Estados Parte. Dadas as devidas proporções, pode-se comparar a importância política e econômica do país no Mercosul com a atual relevância da Alemanha na União Europeia.

É válido ressaltar que existem duas visões que divergem substancialmente quanto à participação do Brasil no Mercosul. Uma primeira parte da análise que é majoritariamente benéfica, pois fortalece a economia regional, aumenta o intercâmbio de tecnologia entre eles e favorece as exportações; outra perspectiva aponta o bloco como uma reunião aduaneira imperfeita, onde os membros advogam mais em causa própria do que pensando no bloco enquanto unidade.

1.4 CHILE

O Chile vem sofrendo uma redução na economia devido à queda no preço das *commodities*, passando de receber investimentos de 30 bilhões de dólares em 2012 para menos de 6,5 bilhões em 2017 (FARIZA e MOLINA, 2018). Contudo, o impacto econômico não é muito acentuado quando comparado com as demais nações latino-americanas devido à boa saúde financeira existente no país, permitindo que a dívida chilena oscile abaixo dos 10%. A mineração é uma das principais responsáveis pela captação de recursos, visto que ela impulsiona tanto o setor industrial quanto o de serviços. O solo chileno é extremamente rico em recursos minerais, com destaque para as reservas de cobre, tendo em vista que o país é o maior produtor e exportador mundial, o que o torna dependente da demanda pelo material (em

particular, da China), já que a exportação dessa matéria-prima representa 50% do total das exportações do país.

Possuidor de um dos melhores IDH da região, o Chile é o único país sul-americano considerado uma “economia de alta renda” pelo Banco Mundial. Com uma economia liberal e descentralizada, evidencia-se a política econômica transparente, simplificada, não discriminatória em relação aos investidores estrangeiros, a segurança jurídica, a infraestrutura organizada, o baixo nível de risco e procedimentos desburocratizados, tornando o país um dos principais destinos dos Investimentos Estrangeiros Diretos da região.

Para facilitar a entrada desses recursos, em 2016, o governo criou uma nova agência nacional de promoção de investimentos, a *InvestChile*. Esta dá assistência às empresas em sua prospecção, instalação e engajamento no país, possuindo como foco os serviços de indústria de mineração, de indústria de comida sofisticada, de tecnologia exportável, turismo sustentável e infraestrutura de energia/logística para desenvolvimento. Ademais, o Chile começou a investir em energias renováveis, as quais deverão representar 20% da produção de energia em 2020. Assim, busca-se superar a dependência tradicional em relação ao preço do cobre e engatilhar uma produção de alimentos autossuficiente, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Membro da Aliança do Pacífico e associado do Mercosul, o país possui uma filosofia de estabelecer acordos bilaterais, firmando, nos últimos quinze anos, 62, incluindo um com os Estados Unidos (2003) o qual eliminou cerca de 95% dos impostos de importação entre os dois países (HERMES, 2018). Além do Chile, a Aliança reúne Colômbia, México e Peru que, em conjunto, equivalem à oitava economia mundial. São 221 milhões de consumidores, com PIB *per capita* médio de US\$ 16.759. Ou seja, um mercado semelhante ao do Brasil, mas com o dobro do PIB *per capita* (FREDERICK, 2018). Quanto ao Mercosul, este é um grande destino dos investimentos chilenos, sendo os quatro países-membros destinatários de mais de 70% destes recursos (PATRIOTA, 2013).

1.5 COLÔMBIA

Com um PIB de 711,6 bilhões de dólares em 2017, a economia colombiana é baseada principalmente na agricultura e na pecuária. O país é considerado o terceiro mais rico da América do Sul, ficando atrás apenas para o Brasil e para a Argentina (CIA, 2019).

O café é o principal produto agrícola produzido na Colômbia. A economia sofre abalos quando a cotação internacional desse produto cai, devido à importância que sua exportação tem. Os principais destinos deste são a Europa e os Estados Unidos. Outros produtos agrícolas bastante cultivados são: cana-de-açúcar, banana, arroz, milho, cacau, fumo, mandioca, algodão, entre outros. Embora importe alguns produtos alimentícios, a Colômbia, na questão alimentícia, é autossuficiente, devido a sua alta produtividade. A pecuária do país é favorecida pelas planícies, onde são criados bovinos, caprinos e equinos, sendo importantes também a suinocultura e a criação de aves.

Os principais destinos de exportação da Colômbia são o Estados Unidos (US\$ 11,1 bilhões) e o Panamá (US\$ 2,58 bilhões), sendo seu principal produto o petróleo bruto - para ser refinado. Nesse sentido, a nação faz parte do Pacto Andino, junto com a Bolívia, o Equador e o Peru, tendo os Estados Unidos como principal parceiro comercial, além de ser membro da Aliança do Pacífico (IMF, 2015). Assim, nesse âmbito de país exportador, a indústria colombiana produz ainda alimentos, bebidas, roupas, couro, máquinas e transportes. Em relação à mineração, o país é o maior produtor mundial de esmeraldas, além de que as maiores reservas de carvão da América Latina estão no solo colombiano. Outros produtos de exportação são o petróleo e o ouro.

A Colômbia já foi uma economia extremamente fechada. Chamada de “Tibete da América”, o Banco Mundial, em várias oportunidades, apontou o país como o mais fechado do hemisfério. A pouco mais de 25 anos atrás, sua economia externa detinha seis impostos de importação, licença prévia de importação, selo de reserva de carga e portos públicos. Além disso, ao modelo de substituição de importações se acrescentou a criação de impostos de importação departamentais, que fizeram com que a indústria se movimentasse do litoral para o interior do país buscando tanto o consumidor como procurando o não pagamento de tais impostos. Com a queda do mercado com a Venezuela e a diminuição das exportações ao Equador, o governo decidiu assinar acordos de livre-comércio com os principais parceiros comerciais do Brasil, e, atualmente, a Colômbia tem em plena vigência contratos assinados com os Estados Unidos, a União Europeia (incluindo a Espanha), Canadá e Suíça, entre outros (LLYC, 2014).

Um fator importantíssimo na influência econômica colombiana é o narcotráfico. Suas taxas ocupam uma posição de destaque indesejada em relação às “exportações” ligadas a esse segmento. No ranking de comércio ilegal, o país é considerado o número um em várias

modalidades: é o país que mais recebe e processa folhas de coca dos países produtores desta, como o Peru, a Bolívia e o Equador, é o maior exportador de cocaína para os Estados Unidos e o país americano que mais produz maconha. O narcotráfico, segundo estimativas, movimenta US\$ 6 bilhões ao ano (CARACOL, 2013).

As cifras do narcotráfico favorecem somente os narcotraficantes. O tráfico de drogas é devastador para a economia do país, uma vez que a lavagem de grandes somas em dinheiro oriundas desta atividade e do contrabando resultam em distorções na economia do país. A atividade dos cartéis aumentou a concentração de renda e causou o fim de um mercado que até a década de 1970 era promissor na Colômbia: o turismo.

As Nações Unidas já vêm tentando remediar esta situação tem tempos. Em junho de 2008, revelou-se um informe da Secretaria das Nações Unidas contra as Drogas e Delito, que alertava o crescimento do cultivo da cocaína no país durante o ano de 2007. Enquanto que em 2006 os cultivos compreendiam 78.000 hectares, em 2007 aumentaram para 99.000 hectares. Contudo, este número não diminuiu, pelo contrário: em 2016, o Departamento de Estado americano registrou um grande aumento dessa superfície, que chegou a 188.000 hectares, com uma capacidade de produção de 720 toneladas (NAÇÕES UNIDAS, 2018). As ações bilaterais entre os Estados Unidos e a Colômbia, com a ajuda de fundos da União Europeia, no prolongamento do que foi chamado de “Plano Colômbia” se mostrou infrutífero, e esta problemática sempre é bastante requisitada em debate aos delegados representantes da Colômbia.

1.6 COSTA RICA

A Costa Rica é conhecida internacionalmente por sua democracia estável, em uma região marcada por instabilidades políticas, e por sua força de trabalho altamente qualificada, com uma grande quantidade de falantes da língua inglesa. O país gasta cerca de 6,87% do seu orçamento (BANCO MUNDIAL, 2013) em educação, em comparação com uma média global de 4,4%. Um número bastante elevado até mesmo para a sua região, quando comparamos com outros que investem acima da média mundial, como, por exemplo, o Brasil, que investe 5,8% do PIB em educação. Além disso, a taxa de analfabetismo também é elevada para a região: 3,2% da população acima de 15 anos, segundo o Banco Centroamericano de Integración

Económica (BCIE, 2017).

Sua economia, antes altamente dependente do primeiro setor, diversificou-se para incluir setores como finanças, serviços corporativos para empresas estrangeiras, produtos farmacêuticos e ecoturismo.

O país tem apresentado desempenho favorável no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), situando-se no 69º lugar no mundo a partir de 2015, entre os mais altos de todos os países da América Latina. Ainda, cabe destacar que fora citado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como tendo atingido um índice muito maior do que outras nações nos mesmos níveis de renda, superando a média geral dos países vizinhos.

No cenário internacional, a Costa Rica se destaca pela sua atuação amistosa e com responsabilidade conjunta e solidária, no âmbito da integração regional, observando o Princípio da Precaução e o Princípio das Responsabilidades Comuns. Desde o ano de 1992, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em temas como a Rio 92, a Agenda XXI, a Declaração do Rio, as Convenções sobre Mudança do Clima e Biodiversidade, os princípios de não destruição de florestas primárias, bem como a não exploração da mineração de ouro a céu aberto e o desafio de transformar a globalização econômica em um modelo ético e humanista que promova o desenvolvimento sustentável, a internacionalização da justiça, o combate à corrupção e o acesso à novas tecnologias, para reduzir o fosso digital.

É importante ressaltar que a Costa Rica tem feito reformas em seu ordenamento jurídico para facilitar a entrada de Investimentos Estrangeiros Direto em seu território. Prova disso é que no ano de 2011, a Costa Rica recebeu fluxos de IED de mais de 2 bilhões de dólares, 44% a mais do ano anterior. Os investimentos de empresas estrangeiras que estão alocadas em zonas francas são equivalentes a 27% do número de IED do país (CEPAL, 2011). Entre os setores que recebem mais investimentos, estão o de serviços, como resultado da abertura ao mercado de atividades antes reservadas ao Estado (as telecomunicações e os seguros foram abertos ao investimento privado), e o manufatureiro.

1.7 CUBA

A economia cubana está bastante vinculada aos setores primários. Por isso, a economia é sustentada por produtos de origem agrícola, como cana-de-açúcar, tabaco, arroz,

banana, laranja e abacaxi. Inclui-se ainda a pecuária, na qual se desenvolve a criação de bovinos, equinos, aves e suínos. No extrativismo mineral, o país produz níquel, cobre, cromita e cobalto. O setor industrial não é diversificado, atua na indústria tradicional, como a fabricação de alimentos, bebidas, charutos, máquinas e produtos químicos.

Os principais destinos de exportação de Cuba são China (\$379 Milhões), Espanha (\$184 Milhões), Alemanha (\$82,3 Milhões), Indonésia (\$55,4 Milhões) e Singapura (\$52,4 Milhões). As origens de importação de topo são China (\$1,35 Bilhões), Espanha (\$1,01 Bilhões), México (\$356 Milhões), Argélia (\$353 Milhões) e Brasil (\$345 Milhões) (OEC, 2019).

A atividade econômica que mais cresce no país é o turismo, que tem uma grande participação no PIB nacional. O país atrai um elevado número de turistas em razão das belezas naturais, como as praias caribenhas. Contudo, este sofre de uma crise habitacional grave, situação que o Conselho de Ministros de Cuba se esforça para remediar com um projeto habitacional em larga escala.

Cuba é o único país socialista das Américas e essa posição sempre sofreu embargos de vários países, principalmente dos Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, o regime cubano foi aprovado e financiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que importava os principais produtos cubanos, além de fornecer subsídios financeiros ao país. Com a derrota da União Soviética, Cuba sofreu duras imposições dos partidos capitalistas. Durante 1989 e 1993, o país tinha recebido entre 4 a 6 bilhões de dólares anuais apenas de subsídios (U.S, 2007). Hoje em dia, o Estado cubano mantém sua configuração estatal, porém tenta manter um modelo de socialismo de mercado baseado no modelo chinês, no qual abre suas economias a países ditos capitalistas, o que permite a entrada de Investimentos Estrangeiros Diretos e diversifica sua cadeia de comércio.

Nos últimos anos, visando reverter a situação, o governo passou a estimular, de maneira moderada, investimentos e aproximação com a Venezuela. Por conseguinte, Cuba passou a ser uma importadora de produtos relacionados a alimentos, máquinas e produtos químicos (devido a seu avanço na biotecnologia). Contudo, atualmente, o país passa por outra época de recessão. O PIB caiu pela primeira vez depois de décadas devido à crise da sua maior parceira, a Venezuela.

Além das relações precárias com parceiros comerciais, o governo vem reduzindo suas importações. Cuba importa 80% dos seus alimentos, mas, com a diminuição do preço do

níquel no mercado internacional e do turismo com a recessão mundial, o país cortou 38% das suas importações para diminuir o déficit. Os efeitos disso recaem na população, que percebeu a diminuição vertiginosa dos produtos subsidiados (MESA-LAGO, 2003).

Carmelo Mesa-Lago, professor emérito de Economia da Universidade de Pittsburgh (EUA) em seu artigo “A economia cubana no início do século XXI: avaliação do desempenho e debate sobre o futuro”, afirma que a crise que Cuba passa é a pior desde o colapso da União Soviética. Nesse cenário realmente preocupante, é necessário um acompanhamento a nível mundial, sempre buscando alinhamento com países parceiros para busca de subsídios e renegociações.

1.8 EQUADOR

A República do Equador, diferentemente de quase todos os países da América Latina, substituiu o *sucre*, nos anos 2000, pelo dólar americano como moeda oficial, sendo essa mudança conhecida pelos economistas como “dolarização” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000). Nesse sentido, o Equador, que tem como principal produto de exportação do petróleo, é bastante refém do cenário internacional, isto é, se o dólar sofrer um valorização, as empresas petrolíferas do país tornam-se menos competitivas no mercado global. Aliado às incertezas do volume a ser exportado ao longo dos tempos e o terremoto do ano de 2016 - localizado na área mais turística do país (EL PAÍS, 2016) -, o Equador está vivendo uma grave crise econômica, ocasionada pelo alto endividamento público.

Em vista disso, o presidente Lenín Moreno tem adotado medidas de austeridade para diminuir o nível do déficit público, que representava 60% do PIB no fim do mandato do ex-presidente Rafael Correa, em 2017 (ESTADÃO, 2018). Por esse motivo, a política de austeridade promovida por Moreno, conhecida por “Programa de Estabilização Fiscal e Reativação Produtiva”, busca a diminuição do número de ministérios do Governo, redução de serviços de segurança para certos cargos do Estado, fechamento de algumas estatais, aumento das tarifas de importação, entre outros (ISTO É, 2018). O presidente também tem promovido o aumento do preço da gasolina e revisão dos subsídios dados a certos produtos, que tem custado ao Estado uma grande perda de receita (ESTADÃO, 2018).

Outro fator importante é que o Equador ainda não faz parte do Mercosul, sendo apenas um país associado ao bloco. No entanto, desde a entrada da Venezuela em 2012, o Governo

equatoriano vem buscando, juntamente com a Bolívia, a sua adesão (VALOR ECONÔMICO, 2012) e, mesmo após sete anos, sua entrada ainda está sendo avaliada pelos membros. Hoje, o país andino vem buscando ampliar cada vez mais suas relações econômicas com outras nações e aumentar o fluxo de Investimentos Estrangeiros Direto no território equatoriano. Segundo dados da CEPAL, em 2016, o número de IED foi de US\$ 744 milhões, sendo esse valor bastante baixo comparado aos demais países da América Latina. Isto posto, o Equador também tem buscado atrair investimentos no país, principalmente da China.

Desde 2009, o país vem conseguindo estreitar seus laços econômicos com a nação chinesa, principalmente por meio de empréstimos e formação de parcerias, como o projeto *Coca Codo Sinclair*³, e a exploração de petróleo e minério na bacia amazônica. Essa exploração tem levado a entrada de muitas multinacionais no país, principalmente chinesas. Contudo, essa exploração tem sido bastante criticada, uma vez que está em desacordo com a Agenda 2030 da ONU. Além dos impactos ambientais causados, como a poluição dos rios e solos, a extração desses recursos tem violado os direitos das populações indígenas da região (EL PAÍS, 2018).

Em 2018, Moreno e alguns ministros do Governo, aliado a um grupo de empresários equatorianos que constituíram a comitiva, viajaram para a China com o intuito de reunir com os empresários locais e promover convênios de cooperação bilateral (EXAME, 2018). Por meio dessa viagem, o Equador, além de ter contraído um empréstimo de US\$ 1 bilhão, se juntou ao acordo da *Nova Rota da Seda* promovido pela China (O GLOBO, 2018).

1.9 ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos da América são uma das mais importantes economias do planeta. Trata-se de um regime capitalista liberal no qual podemos encontrar todo tipo de empresa, desde grandes grupos econômicos presentes em diversos países, até pequenas empresas familiares. O setor empresarial está muito bem estruturado.

O PIB estadunidense, em 2007, foi de US\$ 13,86 trilhões, o PIB per capita chegou a US\$ 46.000 e a taxa de crescimento daquela economia foi de 2,2%. A inflação foi de 2,7%, o desemprego atingiu 4,6 % da população e o nível de pessoas vivendo abaixo da linha de

³ Foi um projeto iniciado em 2010 e finalizado no ano de 2016, cujo objetivo era a construção de uma hidrelétrica, localizada na província de Napo.

pobreza atingiu 12% (CIA, 2007).

As exportações dos Estados Unidos, no mesmo ano, somaram US\$ 1,14 tri e seus principais destinos foram: Canadá 22,2%; México 12,9%; Japão 5,8%; China 5,3% e Reino Unido 4,4%. Já as importações estadunidenses alcançaram a soma de US\$ 1,987 tri, tendo como principais fornecedores: Canadá 16%; China 15,9%; México 10,4%; Japão 10,9% e Alemanha 4,8%. Deste montante, cerca de \$77.1 bilhões das exportações estadunidenses são direcionadas à América, e, por mais que exista uma variedade muito grande de produtos importados entre os membros da CEPAL, boa parte é relacionada a petrolíferos refinados, representando no mínimo 15% das importações com o país em análise na maioria dos países sul-americanos componentes da Comissão (OEC, 2018).

É importante, devido à proximidade demográfica e relações bilaterais, darmos enfoque nas relações com a economia mexicana. Os dois países têm desenvolvido relações diplomáticas e econômicas próximas desde o século XIX, e sua extensa fronteira territorial é um símbolo da paz e segurança na região, bem como de importância para a segurança interna norte-americana e o comércio internacional. Os Estados Unidos são seu maior parceiro comercial, sendo que a inversa não é totalmente semelhante: o México é o terceiro maior parceiro comercial dos estadunidenses. Em 2010, as exportações mexicanas totalizaram 309 milhões de dólares, o equivalente a três quartos de todas as aquisições pelos EUA naquele período (IN CONTEXT, 2013). É no México que se encontra a maioria esmagadora dos imigrantes que adentram os Estados Unidos, e a imigração irregular ou ilegal e o narcotráfico têm sido um ponto de discussão e cooperação entre os dois governos.

A agricultura americana é a que mais alimenta pessoas ao redor do mundo. Os Estados Unidos despacharam mais de US\$ 139,5 bilhões em produtos agrícolas para o exterior em 2018, um aumento de US\$ 1,5 bilhão em relação a 2017 (SHARE AMERICA, 2018). Essa é uma boa notícia tanto para os agricultores americanos como para as nações que importam produtos agrícolas deste país. Considerados de alta qualidade, seguros e confiáveis, esses produtos proporcionam alimentação suficiente para toda a população desses locais.

A questão de contratações empregatícias é discussão recorrente nos EUA atualmente. Os norte-americanos têm o maior rendimento por hora trabalhada. Devido a isto, o mercado de trabalho norte-americano atrai imigrantes de todo o mundo e tem uma das taxas mais altas do mundo de migrações, situação esta que é uma das mais debatidas e questionadas pelo governo atual, que toma medidas radicais. Os Estados Unidos figuram, ainda, em quinto lugar

no Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial. O país tem o maior e mais influente mercado financeiro do mundo, casa de grandes e principais bolsas de valores e commodities.

Contudo, ironicamente, os Estados Unidos tem a maior dívida externa pública do mundo: em 2019, o déficit alcançou a marca de 130% do PIB (CIA, 2019).

1.10 JAMAICA

A Jamaica é o núcleo logístico do Caribe, com o Porto de Kingston considerado o maior centro de contentores da região. Devido a isso, o país possui muitas facilidades para atrair investimentos e conseguir isenções de impostos e taxas para a importação de bens de capital destinados a empreendimentos locais. O turismo e a mineração são a base do PIB jamaicano, sendo o país o maior produtor mundial de bauxita, com suas exportações lideradas por óxido de alumínio, representando 44,3% do total (OEC, 2017). Agricultura, comidas e bebidas locais, materiais de construção, peças e acessórios de bens de capital constituem outras importantes fontes de renda para o país.

Devido ao fato de o turismo ser a principal fonte de atração de visitantes e rendas do país, tornou-se necessário o investimento do governo no setor. Não houve apenas o incremento das redes hoteleiras, mas sim da própria infraestrutura local, melhorando as estradas, portos e aeroportos; intercomunicando as regiões e trazendo benefícios para a população. O aumento desses investimentos na área turística, bem como no setor de recursos naturais, tornou-se muito importante e proporcionou uma alta nos Investimentos Estrangeiros Diretos de 20%, para US\$ 5,83 bilhões, na região caribenha (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Esse tipo de aplicação torna-se importante para um país que possui grandes limitações produtivas, tais como a ausência de mão de obra qualificada, carência de investimentos que vão além dos produtos primários (agricultura, mineração) e falta de uma ampla infraestrutura organizada. As importações feitas pela Jamaica giram em torno do petróleo refinado (13,65%) e dos veículos automotores (7,5%), revelando o caráter essencialmente básico da economia do país, totalmente dependente dos produtos estrangeiros (OEC, 2017).

Nesse contexto, importante a ideia da Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, prezando pela qualidade e não quantidade dos IED's. Um país como a Jamaica necessita de bons investimentos, que criem empregos, fomentem a economia de forma

sustentável, desenvolvam as capacidades locais e proponham a inovação nos meios de produção, incorporando as pequenas e médias empresas nas grandes cadeias de valor.

1.11 MÉXICO

Segunda maior economia da América Latina, o México passou por uma mudança significativa na sua estrutura produtiva nos últimos anos, sendo a manufatura destinada à exportação a principal protagonista. Apesar da atual orientação exportadora do país estar associada, em boa medida, aos programas de fomento industrial e de criação de empregos na fronteira norte (as chamadas indústrias *maquiladoras*⁴), esta se consolidou paulatinamente no tempo, desde a incorporação do México ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o que propiciaram uma grande abertura comercial e financeira do país.

Segundo dados da CEPAL, entre 2010 e 2017, o setor manufatureiro (especialmente, a indústria automotiva, eletrônica e aeroespacial) foi responsável por 54% das entradas de IED e 85% das exportações do país. Devido a isso, o México é o segundo maior exportador mundial de equipamentos eletrônicos (principalmente, televisores), o terceiro de computadores e o quinto de equipamentos de comunicações (CEPAL, 2017).

Membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1994 e um dos países fundadores da Aliança do Pacífico, o México também apostou nos acordos bilaterais como forma de abertura da sua economia e sua consequente inserção no cenário comercial internacional. O principal investidor no país segue sendo os Estados Unidos, do qual dependem 80% das exportações e um terço do PIB mexicano (FARIZA E MOLINA, 2018). O discurso protecionista e a ameaça de construir um muro entre a fronteira Estados Unidos-México do presidente Donald Trump não atingiram os Investimentos Estrangeiros Diretos: o NAFTA continua em vigor e os investidores não perderam a confiança no México.

⁴ Maquiladoras são áreas industriais situadas principalmente na fronteira México-Estados Unidos, que trabalham para as multinacionais americanas. Desse modo, elas fabricam peças e produtos com baixos custos que são aproveitados pelas empresas estadunidenses que instalam filiais no México com o objetivo de fugir dos elevados salários e impostos cobrados no país.

Como dito alhures, os setores automobilístico, eletrônico e energético são os que mais atraem os IED, formando uma base manufatureira estável e rentável para o país. Com uma mão de obra jovem, qualificada e barata, uma localização estratégica entre o Norte e o Sul das Américas, além de um governo orientado de forma positiva para o capital estrangeiro, o país vem conseguindo atrair investimentos da União Europeia, Japão, Israel, entre outros países latino-americanos e caribenhos. Segundo recente relatório da CEPAL, o movimento de carga em contêineres nos portos da América Latina e do Caribe aumentou 7,7% em 2018 quando comparado com o ano anterior e demonstrou uma posição de destaque do México, figurando em segundo lugar entre os países que mais movimentaram cargas na região, ficando atrás apenas do Brasil (CEPAL, 2018).

Contudo, o país lida com muitos problemas estruturais. O setor informal emprega cerca de 60% da População Economicamente Ativa (PEA) e o desemprego atinge, aproximadamente, 15% do povo mexicano (REDE BRASIL, 2018). Além disso, a estabilidade econômica do país depende muito da sua relação com os Estados Unidos, gerando uma incerteza muito grande para os investimentos oriundos da Europa e Ásia. Vale destacar também que o crime organizado e o narcotráfico são problemas antigos e recorrentes no país, difíceis de serem combatidos e que põem em risco, principalmente, as áreas de fronteira com a nação norte-americana, região extremamente importante para a economia mexicana devido ao grande número de *maquiladoras* lá existentes.

1.12 NICARÁGUA

A Nicarágua encontra-se em uma grave crise social e política que reverberou fortemente na economia do país, gerando um impacto profundo no turismo, no comércio e na agricultura, além de afetar exportações e investimentos externos. A base da economia gira em torno dos produtos básicos, tendo como principal parceiro de exportação os Estados Unidos, devido ao Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos e a América Central (CAFTA-RD), em vigor desde 2006, que ampliou as possibilidades de exportação para muitos produtos agrícolas e manufaturados.

O país teve um crescimento econômico relativamente elevado nos últimos quinze anos, fazendo de sua economia a sexta maior da América Central. Contudo, desde abril de 2018, entrou em crise econômica. Vivendo o seu maior colapso desde a Revolução Sandinista

(1979-1990), o déficit orçamentário do país chegou ao montante de US\$ 320 milhões (GLOBO, 2019). A atual onda de protestos na Nicarágua foi motivada pelos planos do presidente Daniel Ortega de reformar o sistema previdenciário do país, aumentando contribuições e reduzindo benefícios de empregadores e trabalhadores. Devido à reação social, o governo voltou atrás, mas a repressão aos manifestantes e a latente insatisfação com o governo Ortega provocou protestos ainda maiores.

A crise política impactou duramente a economia do país, que encolheu 4% em 2018 e perdeu mais de 300 mil postos de trabalho. A dívida externa chegou a US\$ 11.563,2 milhões no primeiro trimestre de 2018, o equivalente a 79,6% do PIB, segundo informações do Banco Central Nicaraguense (DEUTSCHE WELLE, 2018). O IED em julho de 2018 foi de US\$ 19,6 milhões, sendo o menor índice dos últimos anos (TRADING ECONOMICS, 2018). A projeção para 2019 é de uma queda do PIB de 11% e de mais desemprego. Contudo, o governo prevê uma contração de apenas 1% (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2019).

Em que pese a crise política social, vários outros fatores podem ser apontados para o caos econômico do país, sendo todos esses desdobramentos das tensões internas iniciadas no ano passado. Os Estados Unidos aprovaram uma lei restringindo o acesso do governo nicaguense a créditos de organismos multilaterais que o ajudavam a financiar seu orçamento, como, por exemplo, contribuições do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disso, a situação de crise na Venezuela também afeta a economia de Nicarágua, tendo em vista que esta, entre 2006 e 2018, ofereceu quase US\$ 5 milhões em cooperação no setor petrolífero e investimento do país.

O setor de turismo foi diretamente atingido pela crise, ocasionando o fechamento de vários hotéis e *resorts* no país. De acordo com economistas, 200 mil empregos foram perdidos, sendo 70 mil destes somente no setor de turismo - o qual, nos últimos dois anos, havia se transformado na principal fonte de divisas do país. Outro fator negativo foi a redução acentuada do volume de voos para o país devido a essa crise, chegando à situação de algumas empresas suspenderem temporariamente tais operações. As receitas de hotéis e restaurantes caíram 45%, em junho, em relação a 2017. Do mesmo modo, o setor de construção contabilizou queda de 35% e as vendas no varejo caíram 27%. Além do mais, foram retirados US\$ 900 milhões de depósitos em bancos que precisaram ajustar sua carteira de empréstimos para preservar a liquidez (O POVO, 2018).

As sanções impostas pelos norte-americanos, a crise no país venezuelano e o isolamento internacional do país, são problemas que forçam Ortega à mesa de negociações para cessar a crise, embora diversas outras tentativas de diálogo não foram exitosas. Nesse contexto, com a falta de solução para as tensões internas e a permanência do baixo crescimento econômico nacional, os indicadores sociais correm risco de deterioração, caminhando para um cenário similar ao existente na Venezuela.

1.13 PANAMÁ

O nome do país, segundo a tradição, deriva de um antigo grupo de pescadores indígenas que habitavam ao longo da zona litorânea que se chamava Panamá, que significa “abundância de peixe”. Atualmente, é possível notar que a sua economia se baseia em serviços (principalmente ligados ao canal do Panamá), *offshores*, e produtos agrícolas destinados à exportação. O setor terciário corresponde a três quartos do PIB do país.

Ainda, é válido destacar que a receita proveniente do canal representa nos dias atuais uma grande parcela do Produto Interno Bruto. O Panamá possui a segunda maior economia da América Central, além de ser a economia que mais cresce e o maior consumidor *per capita* da região. Em 2013, o país ocupava o quinto lugar entre os países da América Latina no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a 59ª posição no mundo. Há uma década, o Panamá continua como a segunda economia mais competitiva da América Latina de acordo com o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial Quanto às relações exteriores, o país é conhecido por ser amistoso e recíproco.

O Panamá é um dos países que continuam sendo os principais destinos do IED. Destarte, o país formulou incentivos para atrair IED e promover a criação de zonas francas ou zonas específicas para a exportação. No entanto, a Organização Mundial de Comércio (OMC) considera que alguns desses incentivos sejam subsídios às exportações e que por isso deveriam ser exterminados ou substituídos. Além disso, a aprovação das leis de incentivos mantêm as principais isenções de impostos, ainda que já não as vincula ao desempenho exportador das empresas (MARTÍNEZ PIVA, 2011). No Panamá, em 2011, o IED cresceu 2,790 bilhões de dólares, 19% a mais do que no ano precedente (NAÇÕES UNIDAS, 2017). O regime especial para o estabelecimento e operação de sedes de empresas multinacionais continuou atraindo investimentos externos.

Por fim, cabe ressaltar que, o Estado faz parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI, 2012) desde maio de 2012. Ao pertencer ao maior grupo de integração latino-americano confere grandes possibilidades de realização de acordos de inúmeros tipos com os outros países-membros.

1.14 PARAGUAI

Assim como o Uruguai, a República do Paraguai também tem tido um crescimento ininterrupto durante os últimos quinze anos, devido a sua ampla abertura da economia. Esse crescimento vem acompanhando de uma estabilidade cambial e uma taxa de inflação bastante controlada. Esses fatores, aliado ao grande contingente de mão de obra barata e aos incentivos fiscais dados pelo Estado, têm atraído muitos investimentos dos capitais estrangeiros, em especial os oriundos do Brasil e Argentina. Alguns observam o país como um “paraíso fiscal”, já que casos de irregularidade tornaram-se comuns nesse Estado (EL PAÍS, 2018). Desse modo, o Paraguai é um dos países da América Latina que mais recebem fluxos de investimentos estrangeiros (BBC NEWS, 2018).

Os investimentos que país vem recebendo têm se concentrado não só no setor agropecuário, principalmente com a soja - sendo o sexto maior produtor desse artigo -, como também na indústria e no setor imobiliário (BBC News, 2018). Esses investimentos têm proporcionado ao país uma maior diversificação das suas exportações e, consequentemente, aumento de suas divisas. Dessa maneira, o Paraguai conseguiu modificar a sua economia que, durante o período da Ditadura Militar (1954-1989), foi caracterizada pela falsificação, tráfico de drogas e armas (EL PAÍS, 2018).

Porém, mesmo com esses altos índices de crescimento da renda do país, o Paraguai tem se tornado cada vez mais desigual. Segundo dados estatísticos, 26% da população paraguaia é considerada pobre e grande parte desse número é composto por crianças (EL PAÍS, 2018). Outro fator preocupante é que o país possui um sistema educacional e serviços de assistência social ineficazes (BBC NEWS, 2018), além do fato que a expansão da soja tem levado a um intenso desmatamento (EL PAÍS, 2018). Com isso, o Paraguai, que participa da Agenda 2030 da ONU, não está conseguindo alinhar o seu crescimento com alguns dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tais como a erradicação da pobreza (1º ODS), a

educação de qualidade (4º ODS), a redução das desigualdades (10º ODS), e os padrões de consumo e de produção sustentáveis (12º ODS).

Apesar desse crescimento intenso da economia paraguaia (no ano de 2018, o PIB do país cresceu 3%, superando o crescimento de economias como Brasil e Argentina), o Fundo Monetário Internacional (FMI) observa que a economia do Paraguai não está isenta a riscos. Durante esse ano, o *guarani* - a moeda nacional - sofreu uma valorização frente ao real e ao peso, contribuindo, assim, para a uma queda do comércio nas fronteiras e do turismo. Contudo, a previsão do FMI é que a economia cresça 3,5% no ano de 2019 (VALOR ECONÔMICO, 2019).

Embora o Paraguai, que é um dos países-membros fundadores do Mercosul, tenha como seus principais parceiros comerciais o países do bloco, o Governo vem buscando desde a sua suspensão temporária do bloco em 2012⁵ (GLOBO, 2012) uma maior dinamização das suas parcerias. Em 2018, a ex-ministra da Fazenda, Lea Giménez, afirmou que essa maior independência paraguaia é exemplificada pelo fato do país ter mais de 20 novos parceiros comerciais e apresentar saldos positivos na sua economia, ao passo que a Argentina e o Brasil não estão obtendo sucesso na condução de suas políticas econômicas (BBC NEWS, 2018).

1.15 PERU

A população peruana, estimada em cerca 31 milhões, é de origem multiétnica. O idioma oficial é principalmente o castelhano, ainda que um número significativo de peruanos fale o *quíchua* e outros dialetos nativos. A mistura de tradições culturais produziu uma diversidade de expressões nas artes, na culinária, na literatura, bem como na música.

A economia do Peru, até a década de 1990, foi baseada na exploração de minérios, como a prata (terceiro produtor mundial) e o cobre (oitavo). Hoje, é uma economia considerada como emergente e com grande capacidade de diversificação econômica. A taxa de pobreza, segundo dados oficiais, é de 22,7%, enquanto a taxa de pobreza extrema é de 4,2% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA DE PERU, 2017). A economia registrou o maior crescimento na América Latina em 2015, de acordo com o

⁵ Os países membros do Mercosul suspenderam o Paraguai durante um ano, após o *impeachment* do então presidente Fernando Lugo.

Fundo Monetário Internacional, chegando a 3%, maior do que países como o Brasil, estimada em 0,03% em 2015 (FMI, 2016).

A partir do fim do século XX, o governo do país vem trabalhando com o propósito de conceber um ambiente econômico e político que promova a atuação da iniciativa privada na economia. Prova disso, fora a promoção de reformas tanto políticas quanto econômicas, bem como a instituição de um programa de privatizações e mudanças em sua legislação, com o objetivo de incentivar os IED's. Dessarte, a estabilidade dos fundamentos macroeconômicos e a crescente confiança dos agentes econômicos vêm possibilitando que o Peru se converta em um grande receptor de investimentos (UNCTAD, 2000).

Hodiernamente, o estímulo de investimento privado é um dos pontos da agenda política econômica do país, além de constituir-se em uma das condições que permitem um contínuo período de crescimento e um aumento da competitividade do Peru (MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS, 2008). Destarte, foi fundada a *Agencia de Promoción de la Inversión Privada* (Proinversión), com o intuito de viabilizar o investimento privado, tanto nacional como estrangeiro. A Agência faz o papel de divulgação das principais oportunidades de investimentos no Peru, bem como os principais atrativos da nação como receptora de investimentos privados.

No tocante à estabilidade econômica, pode-se observar que o Peru tem se tornado um mercado bastante atraente devido às altas taxas de crescimento dos anos precedentes. A variação positiva do PIB observada ao longo dos últimos anos decorreu sobretudo do aumento do consumo e IED, à dinâmica de todos os setores da economia, à abertura econômica e à disciplina fiscal (MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS, 2009). Com o objetivo de tornar ainda melhor o clima de investimento e favorecer a ampliação do fluxo de IED no país, a política peruana também tem sido muito ativa no que se refere à negociação de instrumentos de caráter regional, bilateral e multilateral, ampliando sua participação internacional. (MEYER, 2011).

Ademais, desde os anos 1990, o Estado vem elaborando uma liberalização do comércio, oferecendo uma maior integração à economia no cenário mundial. Tal abertura comercial vem acontecendo por meio da redução de tarifas ou até mesmo sua isenção, grande parte devido aos acordos multilaterais e bilaterais realizados por seu Ministério de Relações Exteriores (MEYER, 2011).

No ano de 2003, na 25ª Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul, marcou a confirmação da adesão do Peru ao bloco, na qualidade de membro associado (Mercosul, 2019). Também se encontram na condição de Estados Associados: Chile, Colômbia e Equador. Tal condição diz respeito àqueles membros da ALADI com os quais o Mercosul contribui com acordos de livre comércio e que, subsequentemente, requerem ser considerados como membros associados desse bloco econômico. Estes Estados estão habilitados para participar nas reuniões de órgãos do Mercosul que versem temas de interesse comum de todos os Estados pertencentes.

1.16 REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana vem apresentando saldos positivos na sua economia, sendo uma das principais razões para esses números o grande fluxo de investimentos estrangeiros que chegam ao país. Durante a década de 1980, esse país caribenho passou a viver uma forte onda de entrada de capital estrangeiro, que foram alocados para as indústrias de bens de consumo não-duráveis, como a indústria de vestuário. Dentro do Estado Dominicano, os investidores encontraram terreno fértil para a produção de artigos à baixo custo, uma vez que a força de trabalho do país era suficiente e barata para atender a sua produção. Sendo assim, esses bens produzidos foram voltados essencialmente para as exportações, principalmente para o mercado norte-americano. A partir de tais investimentos, a renda das famílias dominicanas aumentou, juntamente com seu nível educacional (CEPAL, 2018).

Além da produção de roupas, foram desenvolvidas fábricas voltadas para equipamentos médicos e eletrônicos. Esse crescimento promoveu incentivo ao desdobramento no setor de serviços, como escritórios de contabilidade e *call centers*. Segundo a CEPAL, em 2017, a República Dominicana é o principal país para investimentos externos diretos e recebeu mais da metade dos IED do Caribe, que correspondeu a US\$ 6,074 bilhões. O maior crescimento desses investimentos nesse país caribenho se deu no turismo, levando-se em conta que o país tem sido destino de viagem de diversos estrangeiros nos últimos tempos. Outro setor que tem chamado atenção dos investidores é a mineração (CEPAL, 2018). A República Dominicana tem a segunda maior reserva de ouro na América e explora os mais diversos tipos minerais, como a bauxita, ferro, prata, entre outros. Em 2016, esse setor foi

fortalecido pela volta da extração de ferro-níquel no território caribenho, apresentando crescimento de 26,5% (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA, 2016).

Com o objetivo de ampliar o seu crescimento econômico, a República Dominicana, país membro da Associação dos Estados Caribe (AEC) e Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), vem buscando novos tratados comerciais com outras nações ao redor do globo. Em 2010, foram cogitadas intenções de promover um acordo comercial entre os países do Mercosul e a República Dominicana. Esse interesse partiu em especial do Brasil, uma vez que os acordos que o Estado caribenho possui com Estados Unidos e a União Europeia proporcionariam maior facilidade para as exportações brasileiras com destino a esses dois grandes mercados (OPERA MUNDI UOL, 2010).

Além disso, a partir das pressões financeiras feitas pela China, que se deram por meio de concessão de empréstimos e investimentos - sendo esse processo conhecido como “diplomacia do dólar” (ESTADÃO, 2018) - levaram o Governo dominicano romper os laços que duraram por 80 anos com o Taiwan. Assim, esse rompimento permitiu o estabelecimento das relações diplomáticas com o Estado chinês, em novembro de 2018, e maior facilitação das relações comerciais entre as partes (EL PAÍS, 2018).

1.17 URUGUAI

A República Oriental do Uruguai vem apresentando, durante 15 anos, resultados positivos na economia. Esse bom desempenho uruguaio pode explicado não só pela estabilidade política que o país apresenta desde 2003, como também pela diminuição da dependência com relação aos seus países vizinhos, Argentina e Brasil, que, por um longo momento, foram os principais compradores de seus produtos (EL PAÍS, 2017). No entanto, o Estado uruguaio buscou diversificar as suas áreas de exportação, tendo como principal comprador, atualmente, a China, e a desenvolver tecnologias a fim de eliminar sua dependência para com seus vizinhos.

Desse modo, por apresentar uma grande estabilidade política e econômica, o Uruguai tem sido um dos centros da América do Sul mais atrativos para o recebimento de investimentos estrangeiros. O país, que cada vez mais procura ampliar suas fontes de IED e é

um membro do MIGA (Multilateral Investment Guarantee Agency)⁶, adota medidas atrativas aos investidores, como repatriar lucros e conceder os mesmos direitos e incentivos fiscais dados aos investidores locais. Outros fatores que têm interessado o capital externo é que o Uruguai possui zonas francas, bem como mão de obra qualificada, além do fato do país ser um dos membros do MERCOSUL, possibilitando, desse modo, o acesso a um amplo mercado consumidor com mais de 300 milhões. Assim, os principais países que vem investindo no Uruguai são Brasil, Argentina, Espanha, Estados Unidos e Países Baixos que vêm sendo alocados para a agricultura, construção, setor terciário e manufaturados. (SANTANDER TRADEPORTAL, 2019).

Todavia, vem sendo notado que o Governo do Uruguai anda se afastando do Mercosul, uma vez que o bloco não está tendo o desempenho esperado pelo país. À vista disso, o Uruguai, membro fundador do referido bloco, tem procurado aumentar tratados comerciais com outros países, como ocorreu em 2016, com o Chile. Hoje, os esforços estão sendo voltados para um acordo com a China, mas, levando-se em conta as regras do bloco, o Brasil tem impedido que esse tratado seja assinado. Esse afastamento e dificuldades para ampliar os acordos comerciais com outros países tem levado ao uso da expressão *Uruexit* em âmbito nacional (EL PAÍS, 2016).

1.18 VENEZUELA

O ano de 2014 é o marco para a crise econômica sem precedentes que ocorreu na República Bolivariana da Venezuela. Conhecida por ter a maior reserva de petróleo do mundo, a Venezuela, desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tem esse produto como o principal item de suas exportações. Todavia, as altas receitas obtidas com os chamados “*petrodólares*” não foram repassadas para outros setores do país, como a agricultura e indústria. Grande parte desse número foi destinado a programas assistencialistas. Assim, a economia venezuelana tinha uma dinamicidade muito baixa, levando, conseqüentemente, a um grande volume de importações dos mais variados bens pelo país (BBC NEWS, 2018).

Em 1998, Hugo Chávez (1954-2013) assume a presidência da Venezuela e adota políticas heterodoxas na economia, como o controle do Estado sobre a produção petrolífera,

⁶ Instituição financeira internacional, integrante do *World Bank Group*, que incentiva investimentos em países em desenvolvimento, oferecendo garantias aos investidores.

promoção de programas sociais financiadas pelas receitas obtidas com a venda do petróleo, nacionalização de algumas empresas privadas, leis de reforma agrária, entre outras (O GLOBO, 2018). É importante ressaltar também que no decurso do Governo, foram dados subsídios cambiais para que a moeda venezuelana, o *bolívar*, se tornasse mais cara que o dólar, a fim de facilitar o processo de importação. No entanto, a produção petrolífera do país reduziu, graças à divulgação de casos de corrupção da empresa estatal Petróleo de Venezuela (PDVSA), somado a má gestão e a tentativa de tomada por parte do Estado das extrações realizadas pelas empresas privadas. Consequentemente, as receitas obtidas com o petróleo diminuíram no país (BBC NEWS, 2018).

No ano de 2014, o uso do método *fracking*⁷ nos Estados Unidos como forma de extração de gás natural e petróleo, a não diminuição da produção de petróleo da Arábia Saudita e do Irã, além da redução do ritmo de crescimento da economia chinesa levaram à queda brusca do preço do petróleo no mercado. O barril do petróleo, que custava 115 dólares, passou para 48 dólares. Esses fatores externos, combinados com a diminuição da produção Venezuela, bem como a venda de seu principal produto a valores menores, comparado aos preços do mercado internacional, aos países caribenhos, contribuíram para a quebra da economia venezuelana (BBC NEWS, 2018).

A partir desses fatores, foi adotado pelo Estado uma política monetária expansionista com o intuito de cobrir os altos déficits públicos, originando, dessa maneira, uma hiperinflação na economia. Nesse viés, foi promovida uma política de diminuição de preços, proporcionando, assim, o fechamento de diversas empresas no país (BBC NEWS, 2018). Como resultado, o desemprego aumentou e o índice de pobreza, em 2017, era em torno de 87%, com previsões do FMI de que a inflação da Venezuela pudesse chegar ao patamar de 10.000.000% em 2019. Esses altos índices e a restrição de direitos básicos fizeram com que ondas de protestos tomassem o país desde 2014 (O GLOBO, 2018).

Não bastasse essa crise econômica descomunal, o país está, também, vivendo uma grave crise política. Após a morte de Hugo Chávez, o seu aliado, Nicolás Maduro, chegou à presidência da Venezuela. Porém, as eleições permitiram que a oposição se tornasse maioria no Parlamento venezuelano, e estes últimos, desde então, buscam retirar Maduro da presidência. Diante desse acontecimento, o presidente buscou limitar os poderes dos

⁷ Extração de petróleo e gás através da perfuração de rochas.

parlamentares em parceria com Tribunal Supremo de Justiça (TSJ)⁸ e criar uma nova Constituição. Os deputados, por sua vez, diante desse cenário político, têm sido contra a criação dessa nova Constituição e protestam contra a falta de independência dos três poderes no país (BBC NEWS, 2018).

Em maio de 2018, houve eleições presidenciais e Maduro, com 68% dos votos, conseguiu ser eleito mais uma vez. A oposição e alguns países passaram a contestar os resultados dessas eleições, alegando que o resultado fora obtido por meio da compra de votos e que o número de abstenções se apresentava em patamares altíssimos. Dessa maneira, portanto, a continuação de Maduro deveria ser revogada, pois seria ilegítima. Nesse ínterim, Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, autoproclamou-se presidente interino do país, sendo reconhecido por várias nações, como Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Reino Unido, Alemanha e França (GLOBO, 2019). Diante desse cenário, parte dos países que participam da Organização dos Estados Americanos (OEA) querem suspender a Venezuela (BBC NEWS, 2018).

Outro ponto polêmico com relação a Venezuela é maciça participação do Exército na condução da política do país, desde que Hugo Chávez assumiu a presidência. Aos militares, durante o governo de Maduro, deu-se a responsabilidade de comandar setores como a distribuição de alimentos, importação e o comando de certos ministérios. Aliado a esse fato, a imprensa venezuelana sofre sérias censuras e há um grande número de presos políticos no país. Com esses fatores, essas ações do Governo venezuelano são veementemente condenadas pelos países e organismos internacionais, sendo bastante recorrente sanções impostas pelos Estados Unidos. Maduro, por sua vez, usa dessas sanções para realizar discursos nacionalistas e proferir que o “imperialismo americano” é um dos maiores responsáveis pela continuação da recessão no país. Em 2019, o presidente determinou a expulsão dos diplomatas norte-americanos da Venezuela (O GLOBO, 2019).

Perante a situação de extrema pobreza - hoje 90% da população venezuelana encontra-se em estado de pobreza (BBC NEWS, 2019) -, de crises na saúde pública e de intenso fluxo migratório que vivem os venezuelanos, a comunidade internacional e, em especial, o Mercosul, tem buscado mandar ajuda humanitária a Venezuela, embora o país tenha negado que esteja passando por uma crise humanitária (GLOBO, 2018).

⁸ Semelhante ao Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil.

Apesar viver uma grave crise econômica e ser o país que menos recebe investimentos estrangeiros na América Latina, a Venezuela tem recebido alguns investimentos no país, sendo a maioria deles oriundos da Rússia e China. Em 2018, a Venezuela fechou um acordo com a Rússia para o recebimento de US\$ 6 bilhões destinados à produção petrolífera e à mineração do país latino (ISTO É, 2018).

2 ÁSIA

2.1 CHINA

Atualmente, a China é o segundo parceiro comercial mais importante do continente americano como um todo (ficando atrás apenas dos Estados Unidos) e o primeiro da América do Sul. O comércio entre a região e o país asiático movimentou mais de 280 bilhões de dólares em 2017, segundo dados compilados pela CEPAL em 2018.

Depois de uma fase em que absorveu uma grande porção de investimentos, a China agora se encontra em um ciclo de exportação de capitais e de abertura para uma integração produtiva com a economia mundial. A abertura ao capital externo, o estabelecimento de um modelo de aprendizagem e desenvolvimento tecnológico, a formação de plataformas exportadoras associadas às novas relações comerciais com um elevado grau de controle e a condução por parte de um estado forte e centralizador revelam o desejo chinês por um espaço cada vez mais significativo no quadro geopolítico internacional e um papel maior na divisão internacional do trabalho.

Por outro lado, a América Latina busca uma trajetória de desenvolvimento que não apenas se mostre sustentável, mas, principalmente, que permita a superação dos níveis de pobreza e a elevação da qualidade de vida de seu povo. Nesse contexto, nos últimos anos, a alta dos preços do petróleo e das principais commodities agrícolas e minerais, relevantes fontes da riqueza regional, teve o país chinês como protagonista, devido ao seu acelerado processo de expansão econômica.

O volume do comércio entre a América Latina e o Caribe e a China aumentou 1.119,13% entre os anos 2000 e 2010, passando de 15 a 182,9 bilhões de dólares, o que levou o Estado chinês se converter no sócio mais dinâmico da região (UNESP, 2017). Essa busca crescente de matérias-primas, energia, bens intermédios e novos mercados para colocar seus excedentes manufaturados são um dos principais motivos que explicam o interesse chinês pela região, devido às grandes reservas energéticas e matérias-primas que podem satisfazer grande parte das necessidades da milenária nação. Por isso, a China busca ser o principal sócio comercial de muitos desses países, prometendo investimentos, créditos vantajosos, financiamentos tecnológicos e grandes obras de infraestrutura.

O investimento externo chinês tem a América Latina como segundo principal destino, ficando atrás apenas dos países asiáticos vizinhos (UNESP, 2017). Na região americana, os investimentos giram em torno de empresas estatais responsáveis por segmentos estratégicos, tais como mineração, energia e infraestrutura. Quanto aos setores, os investimentos em *leasing*⁹ e serviços de negócios, intermediação financeira, transmissão de energia e mineração são predominantes.

Apesar do refluxo tanto dos preços, quanto das quantidades demandadas de recursos naturais, e da consequente perda de potência dessa importante fonte de financiamento, observa-se a permanência do interesse chinês no desenvolvimento de canais de integração de sua economia com a América Latina e o Caribe, em face do mercado potencial, dos baixos custos produtivos e dos recursos naturais encontrados nas Américas. Para o professor japonês Nobuaki Hamaguchi, da Universidade de Kobe, a armazenagem e infraestrutura são fatores centrais desse atrativo de investimentos (AIKO OTTA, 2018).

Além disso, os chineses possuem uma grande força na revolução digital e na economia verde. Segundo a secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, o projeto de desenvolvimento chinês *One Belt, One Road* é uma grande oportunidade para impulsionar investimentos inclusivos e sustentáveis na região. O interesse por essa iniciativa é grande, à medida que oferece a oportunidade de diversificar e melhorar a qualidade de seus vínculos econômicos com a China, tal como atrair investimentos importantes em infraestruturas, indústrias e serviços:

Embora o comércio entre a China e a América Latina e o Caribe tenha aumentado 22 vezes nos últimos oito anos, a iniciativa *One Belt, One Road* é uma importante oportunidade para atrair investimentos inclusivos e sustentáveis e para fortalecer a conectividade digital e comercial entre ambas as partes, além da exportação de produtos básicos. [...] Manter um sistema comercial aberto, multilateral e baseado em regras é chave para implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, de seus objetivos (ODS) e do Acordo de Paris sobre mudança climática (BÁRCENA, apud CEPAL, 2018, s/n).

2.2 JAPÃO

A economia japonesa teve um grande avanço após a Segunda Guerra Mundial.

⁹ Para Carlos Roberto Gonçalves (2017, p. 780), *leasing* é um contrato por meio do qual uma empresa, desejando fazer uso de um determinado equipamento ou bem imóvel, estabelece um acordo com uma instituição financeira para que esta adquira o bem almejado, alugando-o ao interessado por prazo determinado - findo o qual o locatário irá optar pela devolução do bem, pela renovação da locação ou pela compra mediante preço residual fixado inicialmente.

Derrotado, o país recebeu uma grande quantidade de capital subsidiária do estrangeiro, principalmente norte-americano, para sua reconstrução. O Japão passou a investir no desenvolvimento industrial e tecnológico, tornando-se na década de 1970 numa grande potência econômica. Atualmente, possui a terceira maior economia do mundo por PIB nominal, e a quarta posição em maior economia de exportação e na economia mais complexa (OEC, 2018).

Destaca-se na produção e exportação de veículos, equipamentos eletrônicos e artigos de informática. Além destas áreas, a metalurgia, siderurgia e produção naval também são destaques na economia japonesa. Além de grandes empresas multinacionais, o Japão conta com um forte sistema bancário. A infraestrutura (portos, rodovias, geração de energia, etc.) japonesa também é muito desenvolvida, fator que colabora muito com o desenvolvimento econômico do país (UN COMTRADE, 2018)

O Japão é um grande exportador de produtos industrializados, porém, importa de outros países grandes quantidades de produtos agrícolas e matérias-primas, uma vez que, com um território pequeno, tem pouco espaço para a prática da agricultura. No território japonês também existem poucas reservas de recursos minerais.

Além disso, um de seus principais parceiros em relação ao setor alimentício são os Estados Unidos. Sua íntima relação com a economia estadunidense não se limita apenas às suas fronteiras: foi a indústria japonesa uma das principais responsáveis pelo fornecimento de armas para os EUA durante a Guerra da Coreia, que ocorreu entre 1950 e 1953, e a do Vietnã, entre 1960 e 1975.

O desempenho econômico japonês foi influenciado também pela mão-de-obra barata, o aumento de investimentos na pesquisa tecnológica e, ainda, na educação em massa. No período de 1947 a 1970, o Japão cresceu proporcionalmente, mais que qualquer nação do mundo. Contudo, o comércio interno extremamente competitivo que acompanhou o crescente superávit na balança de pagamentos do Japão levou a clamores cada vez mais fortes para que o Japão promovesse uma maior abertura dos mercados domésticos e focasse mais na demanda interna como motor de crescimento econômico.

Esta mudança de posicionamento lentamente regrediu o vertiginoso progresso que o Japão vinha fazendo. O aumento da atividade empresarial acarretou numa crise em relação a venda de terrenos (valendo aqui ressaltar o pequeno território japonês) o que fez com que,

durante esse período, o valor dos preços de terra dobrassem e o índice da Bolsa de Valores de Tóquio, o *Nikkei*, aumentasse 180% (INVESTING, 2014).

Em maio de 1989, o governo apertou suas políticas monetárias para suprimir o aumento no valor de bens como as propriedades de terra. Contudo, taxas de juros mais altas levaram os preços das ações a uma redução espiral. Ao final de 1990, a bolsa de valores de Tóquio tinha caído 38%, representando perdas equivalentes a 300 trilhões de ienes (US\$ 2,07 trilhões), e os preços de terra caíram acentuadamente desde o ápice especulativo. Esse mergulho na recessão é conhecido como “rompimento” da “bolha econômica”. Essa recessão durou até 2005, quando a política de renovação econômica deu por praticamente superada esta crise imobiliária.

3 EUROPA

3.1 ALEMANHA

A América Latina é um importante exportador de matérias-primas. A Alemanha, como país pobre nestas e competitivo em tecnologias de ponta, depende largamente de importações, não apenas de matérias-primas energéticas, mas também de matérias-primas não energéticas, como os metais - abundantes na região latinoamericana e caribenha.

Além da economicidade e da compatibilidade ambiental da produção, a segurança de fornecimento também ocupa um papel central na política de matérias-primas do Governo alemão. Prova disso é que a Alemanha exporta para a América Latina e o Caribe bens de capital, equipamentos de transporte e insumos industriais (partes e componentes), enquanto a região exporta principalmente insumos industriais e alimentos, refletindo o típico padrão de comércio entre Norte e Sul (CEPAL, 2016).

Tanto na Alemanha como nos outros países industrializados da Europa, a segurança de fornecimento de matérias-primas deve-se, em primeira instância, à autorresponsabilidade do setor privado. O país auxilia a indústria, no quadro da política de relações econômicas externas, no seu empenhamento na América Latina, por meio de amplas medidas de apoio e de medidas conexas. Como grande produtor e exportador de bens agrícolas, a América Latina é um parceiro importante e imprescindível para a Alemanha no setor agrário.

Por fim, cabe salientar a parceria existente entre a Alemanha e os países da América Latina (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) para fomentar a exploração sustentável de minérios em tais países (CEPAL, 2017). Tal parceria tem um prazo estabelecido de três anos e possui como objetivo a articulação autoridades ambientais, empresas e sociedade civil para promover iniciativas público-privadas no setor.

No mesmo encontro que fora firmado a parceria acima, também fora anunciado pela Alemanha o envio de 1 milhão de euros adicionais para o financiamento de programas de cooperação para o biênio 2016-2018. Parte desse dinheiro (cerca de 3,2 milhões) ficará sob responsabilidade da CEPAL. A verba deverá ser usado em iniciativas alinhadas à Agenda 2030 das ONU (CEPAL, 2017).

3.2 ESPANHA

De início, é válido pontuar que as empresas dos países da União Europeia representam uma fonte de investimento muito importante para a América Latina e o Caribe. Cerca de 41% dos ativos acumulados de IED na região (o acervo de IED) são de empresas europeias, e esta presença é particularmente importante na América do Sul. O IED europeu é dominado principalmente pela Espanha, que representou 29% dos investimentos europeus em projetos novos na região e 29% do valor das fusões e aquisições europeias no período de 2005 a 2017 (CEPAL, 2018).

Atualmente, a Espanha está arrolada no rol taxativo de membros do CEPAL. Isso se justifica pelo fato de o país, desde a época colonial, demonstrar interesse na área. É bem verdade que, no último século, começou a haver uma inversão tanto de olhar sobre a América Latina, quanto aos investimentos realizados e recebidos por ela, principalmente no setor alimentício

É notável o interesse em manter o bom relacionamento comercial com os países latinos, principalmente com o Brasil - especialmente a proteína animal, segmento em que este é potência mundial. No tocante ao quesito de investimentos, é observável a presença de grandes empresas espanholas na Ibero-América nos setores bancário, de seguros, telefonia, energia, água e infraestruturas (CAF, 2018). Logo, o interesse da Espanha na região sempre será uma pauta importante na agenda externa do país.

3.3 FRANÇA

A França, assim como grande parte das nações europeias, enfrenta dificuldades econômicas significativas. A crise de 2008, que teve início nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, ainda afeta o desenvolvimento econômico francês. Porém, aos poucos, ela vem retomando o caminho do crescimento. Desemprego alto e endividamento público elevado são alguns dos principais problemas da economia francesa na atualidade. O país é a sexta maior economia de exportação no mundo, e tem crescido nos últimos anos, porém em um ritmo lento (OEC, 2018).

A economia francesa encerrou 2018 com força maior do que a esperada, apesar dos

violentos protestos dos "coletes amarelos". Embora ainda esteja abaixo da meta do governo para o ano, as exportações fortes ajudaram a compensar a desaceleração nos gastos do consumidor, que foram afetados no quarto trimestre por ondas de protestos contra o governo que forçaram muitas lojas em Paris a fechar durante o período de final de ano (REUTERS, 2019).

O país registrou em 2017 um aumento de 1,9% do PIB, o melhor resultado nos últimos sete anos, principalmente devido a investimentos externos relacionados à renovação política no país. O crescimento se manteve em 2018, com um aumento de 1,7%. Seu pico no comércio externo foi em 2008, onde as taxas de importação e exportação alcançaram 684 e 594 bilhões de euros, respectivamente. Com variações derivadas da crise, a França, a partir de 2017, se manteve com um saldo comercial positivo de US\$ 78,6 bilhões, número que representa um crescimento exponencial em comparação com a sua balança comercial em 1995, quando eles ainda tinham um saldo comercial positivo de US\$ 7,1 bilhões (OEC, 2018).

A economia da França combina um extenso setor privado com uma intervenção estatal substancial. Grandes áreas de terrenos férteis, a aplicação de tecnologia moderna e subsídios fizeram do país o principal produtor agrícola da Europa Ocidental.

Tem destaque na indústria automobilística, aeronáutica, alimentícia, uma agropecuária intensiva e extensiva. Destacam-se ainda as indústrias mecânicas, elétricas e químicas, com grande concentração de capitais, geralmente situadas perto dos centros urbanos. O Estado francês também desenvolveu uma extraordinária tecnologia de ponta no ramo da informática, além de eletrônica em geral e aeronáutica. Finalmente, destaca-se o crescimento da indústria de armamentos, sendo o país uma potência militar.

Um dos setores que movimentam a economia francesa, em grande escala, é o turismo, fazendo da França o país que mais recebe turistas por ano (em torno de 70 milhões de visitantes), que lá depositam dezenas de milhares de dólares. Alguns dos principais produtos exportados pela França são seus vinhos, perfumes e a culinária francesa.

Os principais destinos de exportação da França são a Alemanha (\$69,1 bilhões) Bélgica (\$39,7 bilhões), a Itália (\$39,7 bilhões), a Espanha (\$37,6 bilhões) e o Estados Unidos (\$37,6 bilhões), dados que nos aferem uma influência francesa muito grande entre os países vizinhos e a maior potência mundial. Contudo, suas relações econômicas com as américas consistem em apenas 1,09% de toda a sua importação (\$5.64 bilhões), na qual 50% é destinada ao Brasil. De maneira geral, o que é mais importado pelos países da CEPAL são

peças de aviões, foguetes e de veículos, devido a falta de recursos e investimentos nessa área dentro dos integrantes da comissão (OEC, 2018).

3.4 REINO UNIDO

Nos dias atuais, o Reino Unido conta com 200 tipos de investidores da América Latina, e no Caribe. A região representa para o país um mercado equivalente à terceira maior economia do mundo, depois das potências mundiais - Estados Unidos e China. É estimado que o comércio entre o Reino Unido e a América Latina chegue atualmente a 22,1 bilhões de libras (R\$ 111,8 bilhões) (AGÊNCIA EFE, 2019).

Por certo, a relação entre o Reino Unido e a América Latina e o Caribe, no que diz respeito ao IED, é particularmente sólida e apresenta vantagens para ambas as partes. Mesmo com o fato de que, desde 2016 - ano do referendo que culminou no *Brexit* - a CEPAL aposta em um multilateralismo, podendo manter, portanto, a maioria das relações existentes entre o Reino Unido e os demais países integrantes da Comissão (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EFE. Reino Unido cria fórum para apoiar investimento da América Latina no país. Mundo. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/reino-unido-cria-forum-para-apoiar-investimento-da-america-latina-no-pais/50000243-3942423>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

AIKO OTTA, LU. O interesse chinês pela América Latina é grande com ou sem Trump. Estadão, 03 set. 2018. Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-interesse-chines-pela-america-latina-e-grande-com-ou-sem-trump,70002485221>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA. Rei da Espanha defende aumento da colaboração e do investimento na América Latina. Notícias. Disponível em: <<https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2018/07/rei-da-espanha-defende-aumento-da-colaboracao-e-do-investimento-na-america-latina/?parent=30229>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

BARRÍA, Cecilia. Como a Bolívia se tornou o país que mais cresce na América do Sul. BBC News Brasil, 29 out. 2017. Internacional. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41753995>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BARROS, Francisco Ebeling. A demanda por petróleo na América Latina: uma análise empírica e historicista. Monografia (Especialização). Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASILE, Juliano. FMI: Paraguai cresce mais que Brasil e Argentina, mas enfrenta riscos. Valor Econômico, 06 mar. 2019. Internacional. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6147651/fmi-paraguai-cresce-mais-que-brasil-e-argentina-mas-enfrenta-riscos>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BRUM, Maurício. Como o Chile se tornou o melhor país da América Latina. Gazeta do Povo, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-o-chile-se-tornou-o-melhor-pais-da-america-latina-3cevn7t8lqhsopb0ff43iiofu/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relações Exteriores aprova adesão da Bolívia ao Mercosul. Notícias. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/557597-RELACOES-EXTERIORES-APROVA-ADESAO-DA-BOLIVIA-AO-MERCOSUL.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CARACOL. Colombia aún es el primer productor de cocaína del mundo, según la ONU. Notícias. Disponível em: <https://caracol.com.co/radio/2013/03/05/nacional/1362487020_853491.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.

CARNERI, Santi; E. CUÉ, Carlos. Eleições: Paraguai, o milagre silencioso e desigual. El País, 21 abr. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/19/internacional/1524157022_025773.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CASEY, Nicolas; KRAUSS, Clifford. It Doesn't Matter if Ecuador Can Afford This Dam. China Still Gets Paid. The New York Times, 24 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/12/24/world/americas/ecuador-china-dam.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CEIC. Foreign Direct Investment. Chile. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicator/chile/foreign-direct-investment>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CEPAL. América Latina y el Caribe: entradas de inversión extranjera directa, por países receptores y subregiones, 2015-2016. Oficial. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/ied_17_esp_cuadros_i.4-i.7.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CEPAL. Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2018. Oficial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/en/publications/43690-foreign-direct-investment-latin-america-and-caribbean-2018>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CEPAL. Informe de la actividad portuaria América Latina e Caribe. Notas. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/notas/informe-la-actividad-portuaria-america-latina-caribe-2018-0>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CEPAL. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2011. Publicação. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1145/1/S2012018_es.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

CEPAL. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2018. Publicação. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43691/4/S1800413_pt.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CIA. The World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

CUBA. Economia. Oficial. Disponível em :< <http://www.cuba.cu/sites/economia/>>. Acesso em 10 abr. 2019.

D. ORTIZ, Román. A cocaína retorna à Colômbia. El País, 12 mai. 2018. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526053418_062442.html>. Acesso em 10 abr. 2019.

DEUTSCHE WELLE. A Nicarágua está se transformando numa segunda Venezuela?. Mundo. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-nicar%C3%A1gua-est%C3%A1-se-transformando-numa-segunda-venezuela/a-44786724>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

E. CUÉ, Carlos; MARTÍNEZ, Magdalena. O discreto milagre da esquerda uruguaia: 15 anos de crescimento ininterrupto. El País, Montevideu, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/24/internacional/1500926308_443410.html>. Acesso em: 18 mar. 2019.

EM. Situação econômica do Equador é “sumamente difícil”, diz presidente. Internacional. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/07/11/interna_internacional,883011/situacao-economica-do-equador-e-sumamente-dificil-diz-presidente.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2019.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DOMINICANA. Investimentos. Oficial. Disponível em: <<http://www.republicadominicana.org.br/investimento/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

ESTADÃO. Cinco meses de crise política arrasam economia da Nicarágua. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,cinco-meses-de-crise-politica-arrasam-economia-da-nicaragua,70002499791>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ESTADÃO. Equador corta ministérios e aumenta preço da gasolina para enfrentar crise econômica. Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,equador-corta-ministerios-e-aumenta-preco-da-gasolina-para-enfrentar-crise-economica,70002467708>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ESTADÃO. Europa quer operar voos dentro do Brasil. Economia. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,air-europa-quer-operar-voos-dentro-do-brasil,70002833697>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

ESTADÃO. The Economist: Um país que resiste à pressão da China para isolar Taiwan. Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-um-pais-que-resiste-a-pres-sao-da-china-para-isolar-taiwan,70002454219>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

EXAME ABRIL. Equador quer promover exportações e atrair investimento da China. Economia. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/equador-quer-promover-exportacoes-e-atrair-investime-nto-da-china/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FARIZA, Ignacio; MONTES, Rocío. Impulsionada pelo Brasil, extrema pobreza na América Latina tem o pior índice em dez anos. El País, Cidade do México/Santiago de Chile, 16 jan. 2019. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FARIZA, Ignacio; RIVAS MOLINA, Frederico. América Latina perde investimento estrangeiro pelo terceiro ano consecutivo. El País, Cidade do México/Buenos Aires, 7 jul. 2018. Economia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/05/economia/1530797275_957108.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FONTDEGLÒRIA, Xavier. República Dominicana rompe relações com Taiwan e as estabelece com a China. El País, Pequim, 1 mai. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/01/internacional/1525154024_187618.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

FREDERICK, Ian. Investimentos brasileiros no Chile. Artigo. Diário do Comércio Indústria & Serviços, 06 set. 2018. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/colunistas/investimentos-brasileiros-no-chile-1.738311>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

G1. Argentina paga dívida aos fundos ‘abutres’ e país deixa a moratória. Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/04/argentina-paga-divida-aos-fundos-abutres-e-p-ais-deixa-moratoria.html>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

G1. Conflitos na Nicarágua: entenda a crise no país comandado por Ortega e que já deixou centenas de mortos. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/07/24/conflitos-na-nicaragua-entenda-a-crise-no-pais-comandado-por-ortega-e-que-ja-deixou-centenas-de-mortos.ghml>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

G1. Dólar dispara na Argentina: por que as medidas de Macri não estão funcionando?. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/31/dolar-dispara-na-argentina-por-que-as-medidas-de-macri-nao-estao-funcionando.ghml>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

G1. O que levou a Venezuela ao colapso econômico e à maior crise de sua história?. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.ghml>>. Acesso em: 22 abr. de 2019.

G1. Saiba quais países reconhecem Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e quais rejeitam. Mundo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/saiba-quais-paises-reconhecem-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela.ghml>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

GOEKING, Weruska. Economia dos EUA cresce 26% no quarto trimestre acima das expectativas. Notícias. Infomoney, 28 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/7951079/economia-dos-eua-cresce-26-no-quarto-trimestre-acima-das-expectativas->>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Saraiva: São Paulo, 14ª edição, 2017.

GONZÁLEZ, Enric. Crise na Argentina: o ano em que tudo podia dar errado na economia, deu errado. El País, Buenos Aires, 27 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/26/internacional/1545859505_021155.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GOZZER, Stefania. Por que a crise na Venezuela interessa tantos países como Rússia, China e Turquia?. BBC News Brasil, 24 fev. 2019. Internacional. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47312442>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HERMES, Felipe. 10 motivos que provam que o Chile é o Brasil que deu certo. Spotniks, 2017. Disponível em: <<https://spotniks.com/10-motivos-que-provam-que-o-chile-e-o-brasil-que-deu-certo/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

HORA DO POVO. Bolívia ultrapassa 4,5% do crescimento do PIB e trabalhadores terão 14°. Disponível em: <<https://horadopovo.org.br/bolivia-ultrapassa-45-de-crescimento-do-pib-e-trabalhadores-terao-14o/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

HORA DO POVO. Fortalecer empresa pública é chave da Bolívia para melhorar a produção de salários. Disponível em: <<https://horadopovo.org.br/fortalecer-empresa-publica-e-chave-da-bolivia-para-melhorar-producao-e-salarios/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

IELA. Bolívia lidera crescimento econômico na América Latina. UFSC. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/bolivia-lidera-crescimento-economico-na-america-latina>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

INVERTA. Agrava-se a situação na França. Internacional. Disponível em: <<https://inverta.org/jornal/edicao-impressa/447/internacional/agrava-se-a-situacao-na-franca>> Acesso em: 13 abr. 2019.

INVESTING. Nikkei. Japão. Disponível em: <<https://br.investing.com/indices/japan-ni225>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

IPEA. Dados. Oficial. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=346>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ISTO É. Equador taxará importações e fechará estatais contra crise econômica. Mundo. Disponível em: <<https://istoe.com.br/equador-taxara-importacoes-e-fechara-estatais-contracrise-economica-2/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ISTO É. Governo e empresários buscam entendimento em meio à crise na Nicarágua. Notícias. Disponível em: <<https://istoe.com.br/governo-e-empresarios-buscam-entendimento-em-meio-a-crise-na-nicaragua/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ISTO É. Maduro anuncia investimentos da Rússia na Venezuela da ordem de US\$ 6 bilhões. Mundo. Disponível em: <<https://istoe.com.br/maduro-anuncia-investimentos-da-russia-na-venezuela-da-ordem-de-us-6-bilhoes/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

ITAMARATY. Relações bilaterais. Oficial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>>. Acesso em 12 abr. 2019.

JAPAN GO. Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/economia.html>> Acesso em 10 abr. 2019.

JORNAL DO EMPREENDEDOR. O que tornou possível o desenvolvimento do Chile. Destaques. Disponível em: <<https://jornaldoempreendedor.com.br/destaques/politica-e-economia/o-que-tornou-possivel-o-desenvolvimento-do-chile/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Acordada na Nicarágua diretriz para negociar saída para crise no país. Notícias. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/27/interna_internacional,1034365/acordada-na-nicaragua-diretriz-para-negociar-saida-para-crise-no-pais.shtml>. Acesso em: 16 mar. 2019.

LAPORTA, Taís; TREVIZAN, Karina. FMI aprova acordo de US\$ 50 bilhões de financiamento para a Argentina. G1, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/fmi-aprova-acordo-de-us-50-bilhoes-de-financiamento-para-a-argentina.ghtml>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. O movimento recente do investimento espanhol na América Latina: condicionantes macroeconômicos. 2010. 233 f. Tese - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22668>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

MARTÍNEZ, Magdalena. ‘Uruexit’: O Uruguai se afasta do Mercosul. El País, Montevideu, 24 dez. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/23/economia/1482447953_714254.html>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MAZUI, Guilherme. Em comunicado, países do Mercosul pedem que Venezuela estabeleça canais de acesso para ajuda humanitária. Mundo. G1, Brasília, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-comunicado-paises-do-mercosul-pedem-que-venezuela-estabeleca-canais-de-acesso-para-ajuda-humanitaria.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MERCOSUL. Saiba mais sobre o Mercosul. Oficial. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MERCOSUL. Países do Mercosul. Oficial. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MESA-LAGO, Carmelo. A economia cubana no início do século XXI: avaliação do desempenho e debate sobre o futuro. Scielo, Campinas, 1 mai. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100008>. Acesso em: 03 jun. 2019

MEYER, Camila Torres. Os fluxos de investimento estrangeiro direto no Peru e seus impactos na economia e no comércio exterior. 2011. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/1180/1106>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Espanha e Alemanha têm interesse em fechar acordo da UE com o Mercosul. Notícias. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/espanha-e-alemanha-tem-interesse-em-fechar-acordo-da-ue-com-mercosul>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República Federativa do Brasil. Oficial. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6459-republica-de-panama>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

MINISTERIO DE ECONOMIA. República da Costa Rica. Oficial. Disponível em: <<https://www.meic.go.cr/>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. República do Panamá. Oficial. Disponível em: <<http://www.rree.go.cr/?sec=politica%20internacional&cat=ejes%20accion>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MONITOR DIGITAL. Mercosul: Bolívia e Chile, os primeiros associados. Notícias. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/mercosul-bolivia-e-chile-os-primeiros-associados>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL: investimento estrangeiro direto cai pelo 3º ano seguido na América Latina e no Caribe. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-investimento-estrangeiro-direto-cai-pelo-3o-ano-seguido-na-america-latina-e-no-caribe>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL chama Alemanha a investir em países da América Latina e Caribe. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-chama-alemanha-a-investir-em-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL defende que multilateralismo é compatível com interesses nacionais das democracias. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-defende-que-multilateralismo-e-compativel-com-interesses-nacionais-das-democracias/>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Movimento de carga nos portos da América Latina e do Caribe sobe. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/movimento-de-carga-nos-portos-da-america-latina-e-do-caribe-sobe-77-em-2018/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Programa chinês é oportunidade de investimentos sustentáveis na América Latina. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cepal-programa-chines-e-oportunidade-de-investimentos-sustentaveis-na-america-latina/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

O GLOBO. Após quase um ano de violenta crise política, Nicarágua acerta nova rota para diálogo. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/apos-quase-um-ano-de-violenta-crise-politica-nicaragua-acerta-nova-rota-para-dialogo-23502122>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

O GLOBO. Devido à crise, 3,41 milhões de brasileiros já acumulam mais de um trabalho. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/devido-crise-341-milhoes-de-brasileiros-ja-acumulam-mais-de-um-trabalho-23579937>>. Acesso em 11 abr. 2019.

O GLOBO. Entenda a cronologia da crise econômica da Venezuela. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-cronologia-da-crise-economica-da-venezuela-22997489>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

O GLOBO. Entenda as cinco crises que a Venezuela enfrenta. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/entenda-as-cinco-crises-que-venezuela-enfrenta-21944286>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

O GLOBO. Estabilidade econômica faz Uruguai atrair atenção estrangeira. Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/estabilidade-economica-faz-uruguai-atrair-atencao-estrangeira-22617640>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

O GLOBO. Maduro rompe relações com Washington. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/maduro-rompe-relacoes-com-washington-23396241>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

O POVO. Cinco meses de crise política arrasam economia da Nicarágua. Notícias. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/ae/2018/09/cinco-meses-de-crise-politica-arrasa-m-economia-da-nicaragua.html>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Jamaica. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/jam/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

OECD. França. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/fra/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

OPERA MUNDI UOL. Política e Economia. Brasil impulsiona comércio com a República Dominicana de olho na Europa e Estados Unidos. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/5346/brasil-impulsiona-comercio-com-a-republica-dominicana-de-olho-na-europa-e-estados-unidos>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

PACIEVITCH, Thais. Economia da Colômbia. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/colombia/economia-da-colombia/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PACIEVITCH, Thais. Economia dos Estados Unidos. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/estados-unidos/economia-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

PARDO, Daniel. Paraguai vive boom imobiliário impulsionado por Brasil e Argentina. BBC News Brasil, 20 abr. 2018. Internacional. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43843320>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Mercosul e a Integração Regional. Revista Interesse Nacional: Brasília, 2013.

PRESSE, France. PIB da França cresceu 1,9% em 2017, maior nível em 6 anos. G1, 30 jan. 2018. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-da-franca-cresceu-19-em-2017-maior-nivel-em-6-anos.ghtml>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

REDE BRASIL. México: maior desafio do próximo presidente será reverter os altos níveis de pobreza. Mundo. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2018/06/mexico-maior-desafio-do-proximo-presidente-sera-reverter-os-altos-niveis-de-pobreza>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

REUTERS. Mundo. Disponível em: <<https://www.reuters.com/>>. Acesso em: 21 abr. 2019

RIVAS MOLINA, Frederico. Argentina se volta para a Aliança do Pacífico. El País, Buenos Aires, 1 jun. 2016. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/31/internacional/1464714090_909334.html>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RIVAS MOLINA, Frederico. Desvalorização do peso faz inflação disparar na Argentina. El País, Buenos Aires, 13 set. 2018. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/internacional/1536862429_271587.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

RIVAS MOLINA, Frederico; CARNERI, Santi. Paraguai elege novo presidente sem expectativa de mudança. El País, Assunção, 22 abr. 2018. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/22/internacional/1524357177_703554.html>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ROHTER, Larry. Outros países pensam em adotar a moeda dos EUA: Equador é um campo de teste para a dolarização na América Latina. Traduzido por Marcelo Starobinas. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jan. 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1901200003.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SANTANDER TRADEPORTAL. Inversión Extranjera en Argentina. Disponível em: <<https://es.portal.santandertrade.com/establecerse-extranjero/argentina/inversion-extranjera>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SANTANDER TRADEPORTAL. Inversión Extranjera En Uruguay. Disponível em: <<https://es.portal.santandertrade.com/establecerse-extranjero/uruguay/invertir>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

SCHREIBER, Mariana. Qual o impacto da entrada da Bolívia no Mercosul?. BBC News Brasil, 17 jul. 2015. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150717_bolivia_mercosul_ms_tg>. Acesso em: 16 mar. 2019.

SHARE AMERICA. Society. Disponível em: <<https://share.america.gov/pt-br/theme/theme-government-civil-society-pt-br/>> Acesso em: 09 abr. 2019.

TRADING ECONOMICS. Foreign Direct Investment. Nicarágua. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/nicaragua/foreign-direct-investment>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

TREVIZAN, Karina. Dólar disparando, juros altos, temores sobre a inflação e acordo com FMI: entenda a crise na Argentina. G1, 20 jun. 2018. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/dolar-disparando-juros-altos-temores-sobre-inflacao-e-acordo-com-fmi-entenda-a-crise-na-argentina.ghtml>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

UN COMTRADE. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

UNESP. BRICS: China. Extensão. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/BRICs/china.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

UOL. Projetos de investimento no Uruguai sobem 100% em um ano, diz governo. Economia. Notícias. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2018/07/13/projetos-de-investimento-no-uruguai-so-bem-100-em-um-ano-diz-governo.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VALOR ECONÔMICO. Equador faz acordo por US\$ 4,2 bi do FMI e R\$ 6 bi de outros bancos. Internacional. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6130387/equador-faz-acordo-por-us-42-bi-do-fmi-e-r-6-bi-de-outros-bancos>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

VALOR ECONÔMICO. México lança plano ambicioso para estimular economia na fronteira. Internacional. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6050803/mexico-lanca-plano-ambicioso-para-estimular-economia-na-fronteira>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

VERAS MOTA, Camilla; PARDO, Daniel. Por que a Argentina está entre as economias mais frágeis do mundo?. BBC News Brasil, 1 out. 2018. Notícias e política. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WjoJmhhgUBA&t=166s>>. Acesso em: 10 jan. 2019.